

# Desconforto térmico afeta quase metade dos residentes do Porto e Lisboa

26 de Setembro, 2022

Quase metade dos residentes do Porto e Lisboa confirmam que o frio e o calor excessivos no interior das suas habitações afetam negativamente a qualidade do sono, o estudo e o desempenho no teletrabalho, entre outros. A conclusão é de um inquérito sobre o desempenho térmico e a pobreza energética nos edifícios residenciais nas cidades do Porto e Lisboa.

O inquérito – [Pobreza Energética](#) – realizado pela Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa e pela AdEPorto – Agência de Energia do Porto mostra que, em Lisboa, 54% dos inquiridos considera que passar frio ou calor em casa tem um impacto negativo no seu estado de saúde. No Porto, o efeito prejudicial do desconforto térmico é assumido por 49% dos participantes.

O estudo focou-se em variáveis relacionadas com a “pobreza energética”, nomeadamente o “grau de conforto térmico nas habitações”, relacionando este indicador com a perceção de “estado geral de saúde”, a “qualidade da construção dos edifícios” e a “fatura energética dos agregados domésticos”. Foram também recolhidos dados sobre a “literacia energética” dos residentes de ambas as cidades, pode ler-se num comunicado, divulgado pelas Agências de Energia.

O inquérito revela que cerca de “40% dos participantes residentes em Lisboa e no Porto admite desconforto em relação à temperatura em casa durante o inverno”, embora a verdadeira extensão do problema possa ser maior. Mas não é apenas durante o inverno que os inquiridos sentem desconforto térmico na habitação: “Em Lisboa, 32% dos respondentes diz-se igualmente desagradado com a temperatura em casa durante o verão. No Porto, a percentagem cai para os 23%”.

## **70% não sabe se a habitação está classificada energeticamente ou a que classe energética pertence**

O estudo mostra ainda que, cerca de “59% dos inquiridos em Lisboa” e “47% no Porto” identificam alguma situação de “ineficiência construtiva” nas suas habitações. “A infiltração excessiva de ar, pelas portas e janelas, a presença de humidade e o fraco isolamento térmico das paredes são os problemas mais apontados”, segundo a análise, partilhada pela Lisboa E-Nova e AdEPorto.

Questionados sobre literacia energética, 47% dos inquiridos em Lisboa diz-se informado sobre temas de energia e conforto térmico na habitação. No Porto, o valor cai para os 37%. Contudo, apurou-se que em “ambas as cidades cerca de 70% dos inquiridos não sabe responder se a sua habitação está classificada energeticamente ou a que classe energética pertence”. De acordo com os resultados, “a classe C é a mais reportada em Lisboa, por quem tem este conhecimento, seguida da B. Já no Porto as classes A, B e C surgem

identificadas com maior frequência”.

Embora “mais de 50% dos respondentes desconheça que haja fundos de apoio à realização de obras de renovação em casa, 80% dos inquiridos em Lisboa e 77% no Porto consideram importante a existência de gabinetes de aconselhamento público gratuito sobre energia e conforto térmico em casa”, aponta o estudo.

De acordo com as Agências, esta análise constitui um primeiro passo na caracterização e monitorização de variáveis relacionadas com o problema de pobreza energética e no conhecimento das perceções e experiências dos residentes na situação de inverno.

Os resultados do inquérito realizado serão importantes para o desenvolvimento de políticas públicas, locais e nacionais, orientadas para a mitigação deste problema que afeta a saúde e o orçamento das famílias portuguesas. Está já prevista para breve a realização de um inquérito para captar a situação de verão. Através desta iniciativa pioneira de ambas as Agências de Energia, pretende-se ainda consolidar uma abordagem sistemática bianual, e que possa futuramente englobar outras Agências na produção de dados que contribuam para o combate à pobreza energética a nível nacional.

“Na cidade de Lisboa, os edifícios representam 45% do consumo total de energia. São mais de 55.000 edifícios e cerca de 240.000 alojamentos. Parte deste grande parque edificado tem um fraco desempenho energético, afetando o conforto térmico dos seus utilizadores”, refere Carlos Moedas, O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, destacando que “Lisboa definiu a atenuação da pobreza energética como área de atuação prioritária, assente objetivos de suficiência energética, economia social e valores de solidariedade e confiança que estão no cerne do desígnio europeu de fornecer energia limpa, segura e acessível a todos os cidadãos da UE”.

A Norte, o vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, Filipe Araújo, sublinha a “necessidade de conhecer a situação atual da habitação e pobreza energética no território como contributo importante para a elaboração de uma estratégia efetiva de combate a esta realidade, melhorando não só as condições de habitabilidade dos portuenses, mas também contribuindo para uma transição energética justa e positiva”. Assim, projetos como o Porto Energy Hub, “são importantes no combate à pobreza energética e contribuirão decisivamente para o aumento da resiliência energética do território, tendo em vista alcançar a neutralidade carbónica em 2030, o grande compromisso inscrito no Pacto do Porto para o Clima que reúne já mais de 180 subscritores, entre os quais figuram algumas das maiores instituições e empresas da cidade e da região”, acrescenta.

O inquérito contou com a colaboração do ISAmb, Instituto de Saúde Ambiental da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, e do ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.